

## ENSINO DE LÍNGUA MATERNA: UMA ANÁLISE SOCIOLINGUÍSTICA DA BNCC

Franciely Sousa da Cruz<sup>1</sup>  
Genilson Barbosa do Carmo<sup>2</sup>  
Jéssica Malaquias dos Santos<sup>3</sup>  
Keila Martins Corrêa<sup>4</sup>  
Luciana de Magalhães Artiaga<sup>5</sup>  
Marinalva Lúcia dos Santos<sup>6</sup>  
Poliana Keila Cândido Sobrinho Simões<sup>7</sup>  
Temis Baller<sup>8</sup>

### RESUMO

Este artigo, baseado nas bases teóricas e metodológicas da Sociolinguística Educacional, tem por objetivo identificar e reconhecer a forma com que a Base Nacional Comum Curricular-BNCC orienta o ensino de língua materna na Educação Básica no Brasil. De modo específico, objetiva-se verificar os aspectos de variação linguística, como um importante fator no ensino da língua em uso e sua abordagem na BNCC. Nesse sentido, o referencial teórico, está fundamentado nos estudos de Labov (2008), Bagno (2002, 2006, 2007, 2009), Bortoni-Ricardo (2005, 2004), entre outros. Para esta análise, desenvolveu-se um trabalho de pesquisa documental que, levou-nos a perceber que, embora exista uma abordagem Sociolinguística na BNCC, ainda é uma abordagem superficial e lacunar, necessitando de um maior aprofundamento nas bases teóricas para que os estudantes brasileiros possam ter um ensino significativo de sua Língua Materna.

**Palavras-chave:** Sociolinguística; Sociolinguística Educacional; Língua Portuguesa; BNCC.

---

<sup>1</sup> Licenciada em Pedagogia . E-mail: franciely13sousa@gmail.com.

<sup>2</sup> Mestre em Linguística, Licenciado em Letras . E-mail: genilsonbarbosa@gmail.com.

<sup>3</sup> Licenciado em Letras. E-mail: jessica.malaquias13@hotmail.com.

<sup>4</sup> Licenciada em Pedagogia. E-mail: keilamartins-uab@hotmail.com.

<sup>5</sup> Licenciada em Pedagogia. E-mail: lu.artiaga@hotmail.com.

<sup>6</sup> Licenciada em Pedagogia. E-mail: marinalva.lp@hotmail.com.

<sup>7</sup> Tenente Coronel do Corpo de Bombeiros MT. E-mail: poliana@cbm.mt.gov.br.

<sup>8</sup> Licenciada em Pedagogia. E-mail: temes\_baller@hotmail.com.

## ABSTRACT

This article, based on the theoretical and methodological foundations of Educational Sociolinguistics, aims to identify and analyze how the Base Nacional Comum Curricular (BNCC – National Common Core Curriculum) guides the teaching of the mother tongue in Basic Education in Brazil. More specifically, it seeks to examine aspects of linguistic variation as an important factor in language teaching and its treatment in the BNCC. The theoretical framework is grounded in the studies of Labov (2008), Bagno (2002, 2006, 2007, 2009), Bortoni-Ricardo (2004, 2005), among others. For this analysis, a documentary research study was carried out, which led us to observe that, although there is a sociolinguistic approach in the BNCC, it remains superficial and fragmented, requiring deeper theoretical foundations so that Brazilian students may have meaningful learning of their mother tongue.

**Keywords:** Sociolinguistics; Educational Sociolinguistics; Portuguese Language; BNCC.

## 1 INTRODUÇÃO

A Língua Portuguesa não é uma língua única e invariável, ela é heterogênea e dotada de variação, conforme já observado por Labov (1972, 1994, 2006, 2012, 2013), Tarallo (1989, 1990), Bagno (1999, 2003, 2007, 2009, 2012), entre outros linguistas. Por isso, na educação básica brasileira, é importante que seja realizada uma conscientização linguística que leve a refletir sobre o multilinguismo presente em nosso país e em nossas salas de aula. Por isso, é necessário também abandonar o preconceito linguístico e a ideia de língua única.

Este artigo, de caráter qualitativo, tem como objetivo, analisar a abordagem Sociolinguística presente na Base Nacional Comum Curricular, especificamente no componente de Língua Portuguesa do Ensino Médio, tendo em vista que a BNCC é um documento norteador da educação básica em todo território brasileiro.

Para análise do documento, partiremos dos pressupostos teóricos e metodológicos da Sociolinguística Educacional, corrente teórica que, segundo Bortoni-

Ricardo (2005)<sup>9</sup> “tem se debruçado sobre vários fenômenos da variação linguística, que ocorre no português brasileiro, vendo suas implicações no processo ensino e aprendizagem da linguagem, sobretudo, em relação ao ensino da Língua Portuguesa.”

Serão considerados, neste artigo, os aspectos relacionados à variação e mudança linguística que estiverem presentes na BNCC de Língua Portuguesa do Ensino Médio. Desta forma, inicialmente traremos uma discussão sobre a teoria que fundamenta a Sociolinguística Educacional, no sentido de perceber como se relacionam a variedade linguística e o ensino. Em seguida, apresentaremos a discussão dos resultados obtidos na pesquisa pautada em análise de trechos do documento.

Por sim, serão expressas as considerações acerca da análise da Base Nacional Comum Curricular de Língua Portuguesa do Ensino Médio, para o qual, serão apresentadas reflexões e percepções necessárias sobre o documento e o ensino da Língua Materna no contexto brasileiro.

## **2 SOCIOLINGUÍSTICA**

Importante elemento da comunicação e da sociedade, a língua é passível de diversos fenômenos que levam em consideração aspectos linguísticos e sociais, os quais podem incluir as manifestações de dominação e poder, por exemplo. Além disso, na dinâmica que compreende as questões em sociedade, sabe-se que há diversidade na língua de uma mesma comunidade, de modo que ela se manifesta considerando variação, mudança e contexto social e, por isso, "não se pode entender o desenvolvimento de uma mudança linguística sem levar em conta a vida social da comunidade em que ela ocorre" (LABOV, 2008, p. 21). Nesse sentido, para compreender o funcionamento da língua, é necessário analisar os vários fatores extralinguísticos e suas implicações socioculturais e políticas.

A Sociolinguística firmou-se enquanto área da Linguística no século XX, em torno do objetivo de sistematizar os estudos voltados para análise da língua em uso na sociedade, bem como influenciar nas decisões político-educacionais devido a diversidade linguística presente em todos os ambientes. Esses estudos foram produzidos, primeiramente, por pesquisadores americanos que procuravam analisar a

---

<sup>9</sup>Disponível em: <<http://www.stellabortoni.com.br/index.php/artigos/707-iootaibuicois-ia-soiolioguistia-iuiiiaioal-paaa-o-paoisso-iosioo-i-apaioizagim-ia-lioguagim>>. Acesso em 15 Ago. 2022

língua relacionando-a aos aspectos sociais e culturais. William Labov, considerado pai da Sociolinguística, é o criador da Teoria da Variação, também chamada de teoria laboviana. Desta forma, compreendendo que a língua é uma forma de expressão, interação e comunicação é muito importante reconhecer alguns pressupostos teóricos da Sociolinguística. Em seu livro Padrões sociolinguísticos (Sociolinguistica patterns, 1972), Labov mostra os principais pressupostos teóricos e metodológicos de trabalho empírico com a língua dessa nova proposta.

Na teoria Sociolinguística, proposta por Labov, o sujeito também é colocado em um papel de protagonismo. Conforme propõe o autor, a língua é “um instrumento de comunicação usado pela comunidade de fala” (LABOV, 2008, p. 220). Ainda, Labov considera que a língua é heterogênea e afirma que “a heterogeneidade da língua é normal, comum, ela é resultado natural de fatores linguísticos fundamentais” (LABOV, 2008, p. 238).

Embora para os gramáticos, a língua seja compreendida como um sistema ou conjunto de sistemas, ao relatarem a sua concepção de língua, esses estudiosos mostram também que ela não é permanente ou inteiramente pronta em sua comunidade, o que nos leva a inferir que nessa concepção há também a relação da língua com a cultura do falante, além dos fatores internos. No entanto, Labov (2008, p. 13-14) considerou falha em alguns pontos, as teorias estruturalistas e gerativistas, de modo que afirmou:

...existiam barreiras ideológicas para o estudo da língua na vida diária. Primeiramente, Saussure tinha enunciado o princípio de que os sistemas estruturais do presente e as mudanças históricas do passado tinham de ser estudados separadamente (1949:124). Este princípio tinha sido consistentemente erodido por Martinet (1955) e outros que encontraram estrutura nas mudanças passadas, mas pouco progresso fora feito na localização da mudança nas estruturas presentes. A segunda barreira ideológica afirmava explicitamente que a mudança sonora não podia, em princípio, ser observada diretamente. Bloomfield defendia a regularidade da mudança sonora contra a evidência irregular do presente declarando (1933:364) que quaisquer flutuações que pudéssemos observar seriam apenas casos de empréstimo dialetal. Em seguida, Hockett observou que, embora a mudança sonora fosse lenta demais para ser observada, a mudança estrutural era rápida demais (1958:457). O estudo empírico da mudança linguística estava, portanto, eliminado do programa da linguística do século XX.

Quando nascemos não é possível escolher a língua que se irá falar, ela já está posta. A menos que com o passar do tempo se faça um curso de idiomas para aprender outra língua, mas ainda assim somos submissos à língua do país em que nascemos.

A língua, portanto, é um sistema abstrato construído socialmente e, por isso, não é estável e uniforme. Ela é produto da interação social e possui elementos que trabalham entre si, como qualquer sistema, no entanto a sua diversidade e variabilidade a particularizam, não sendo única, mesmo em falantes de uma mesma comunidade. “Linguagem e sociedade estão ligadas entre si de modo inquestionável. Mais do que isso, podemos afirmar que essa relação é a base da constituição do ser humano” (ALKMIN, 2001, p. 21).

Sobre os estudos que não consideram o aspecto social da língua, Labov (1983) afirma que requer receio, porque reduz a análise linguística à conclusões internas e algumas questões ou processos linguísticos podem não ser respondidos/esclarecidos ou obterem respostas inapropriadas. De acordo do Dias (2022, p. 20): a Sociolinguística afirma que a língua deve ser entendida, estudada e analisada como uma relação entre seu uso e o falante em determinada comunidade de fala.

Conforme exposto por Faraco e Zilles (2015, p. 7) “O senso comum tem escassa percepção da língua como um fenômeno heterogêneo que alberga grande variação e está em contínua mudança”. Isso acontece porque há uma folclorização das variações regionais e variação popular, de modo que considera-se apenas a variedade culta como de prestígio, o que leva, inclusive, ao preconceito linguístico. Por isso, a língua deve ser entendida como um sistema heterogêneo, passível de variação e de mudança.

Para a teoria Sociolinguística, não há uma comunidade de fala homogênea, pois existe variação e um sistema heterogêneo em uma mesma comunidade, isso porque, segundo a teoria, não existe dois falantes que falem igualmente um ao outro, ainda que façam parte de uma mesma comunidade, cada um dos falantes se expressa de uma maneira. E essa busca por uma língua homogênea está fadada ao fracasso. Para se estudar a língua, é necessário olhar para a língua em uso, a língua do dia a dia.

A proposição fundamental na teoria formulada por William Labov está na presença do fator social na análise linguística, também chamado de fator extralinguístico. E ao determinar o estudo da variação e da mudança linguística, Labov aproxima diacronia e sincronia para entender o funcionamento da língua e rompe com

os postulados teóricos de Saussure que propõe sincronia de um lado e diacronia de outro. Bagno e Casseb-Galvão (2017, p. 10) afirmam que: “A certeza de que as línguas mudam com o tempo é facilmente obtida pelo estudo comparativo de documentos escritos no passado e pela simples observação da maneira como os falantes se apropriam dos recursos de uma língua para interagir”.

De modo geral, a Sociolinguística ocupa-se de estudos voltados para: variação e mudança, contato linguístico, multilinguismo, políticas linguísticas, línguas minoritárias, ensino, preconceito linguístico, entre outros. No Brasil, as pesquisas nessas áreas iniciaram na Universidade Federal do Rio de Janeiro, a partir da década de 70, por meio dos estudos e orientação do professor Anthony Naro.

A partir de então, as linhas de pesquisas se ampliaram pelo país e houve a criação de diversos grupos e projetos de pesquisa na área da Sociolinguística, como por exemplo, o VARSUL (Variação Linguística na Região Sul do Brasil), na Universidade Federal de Santa Catarina; O projeto NURC – Norma Urbana Culta, desenvolvido em São Paulo; projeto ALiB – Atlas Linguístico do Brasil, que surgiu, por iniciativa da Universidade Federal da Bahia; o PEUL – Programa de Estudos sobre o Uso da Língua, no Rio de Janeiro; o VALCO – projeto de Variação Linguística no Centro Oeste, em Brasília; o VALPB – projeto de Variação Linguística da Paraíba; o ALIP – Amostra Linguística do Interior Paulista, em São José do Rio Preto/SP; Entre outros projetos.

Para compreendermos os fundamentos teóricos e as aplicações práticas da Sociolinguística no ensino, no próximo tópico, será delineado brevemente acerca dos pressupostos da Sociolinguística Educacional.

## **2.1 Sociolinguística Educacional**

Nascidas no final do século XX, as teorias linguísticas e suas propostas metodológicas, surgiram em um momento no qual a língua começa a ser entendida, e sobretudo estudada, além da forma, além da estrutura. A linguagem é um fator relevante para a democratização social e, neste cenário, a escola, ambiente que situa o objeto de estudo deste trabalho, é determinante para o sucesso desta democratização.

A Sociolinguística tem um relevante papel no ensino da língua materna. Isso porque essa corrente teórica tem como objetivo ajudar na percepção das diferentes

realidades linguísticas presentes no meio social. No âmbito do corpo social, inclui-se os espaços de interação entre as pessoas, como por exemplo a escola.

Tem se tornado uma prática habitual o preconceito linguístico, uma vez que a Sociolinguística Educacional é ainda pouco difundida e cercada da ideia equivocada de que, para essa teoria, tudo que é “errado” dentro da língua tem que ser aceito. Desta forma, a Sociolinguística Educacional auxilia no desenvolvimento de conhecimentos sobre a língua materna, Língua Portuguesa, e sobretudo ajuda na compreensão de determinados processos linguísticos.

Conforme exposto por Bortoni-Ricardo (2004), a Sociolinguística Educacional é importante nas aulas de Língua Portuguesa, pois oferece aos estudantes, certos conhecimentos que carregam consigo o entendimento e compreensão sobre a diversidade linguística e possam perceber que não existe um modo de falar mais ou menos corretos, e sim as várias situações de uso da língua.

A autora ainda afirma que “quando estamos usando a linguagem para nos comunicar, também estamos construindo e reforçando os papéis sociais próprios de cada domínio” Bortoni-Ricardo (2004, p.23). É real a interação entre língua e sociedade, ambas não se dissociam e ainda, dependem uma da outra para a construção identitária da comunidade linguística e do falante em si.

A língua do estudante carrega também sua identidade ao passo que ele é também pertencente a uma comunidade de fala. Portanto, a partir do instante que o aluno compreende sua língua como um variedade linguística, e não como uma forma errada de falar, ele também compreende que isso é uma particularidade de cada comunidade e de cada falante, e que todos possuem uma variedade linguística. Por isso Bortoni-Ricardo (2005, p. 133) afirma que “os significados que alunos e professores atribuem à variação são múltiplos e precisam ser bem interpretados se quisermos desenvolver um estudo de sociolinguística educacional”.

Ademais, com esse reconhecimento, o estudante pode observar mais facilmente e respeitar a diversidade linguística que não conhece, evitando o preconceito linguístico. Para Bortoni-Ricardo (2004, p. 33), a convicção da superioridade de uma variedade sobre outras “é um dos mitos que se arraigam na cultura brasileira. Toda variedade regional ou falar é, antes de tudo, um instrumento indentitário, isto é, um recurso que confere identidade a um grupo social”.

Sobre variação linguística e ensino, não podemos mais nos contentar com generalidades. Dispomos já, como produto de décadas de reflexões e debates, de uma formulação geral com diretrizes que incorporam o estudo da variação linguística entre os temas do ensino de Português e situam o trabalho com a expressão culta no interior do quadro mais amplo da variação linguística que caracteriza nossa sociedade. (FARACO; ZILLES 2015, p. 20)

Bortoni-Ricardo (2005, p. 133) considera que “os significados que alunos e professores atribuem à variação são múltiplos e precisam ser bem interpretados se quisermos desenvolver um estudo de sociolinguística educacional”. Por isso, considerar a homogeneidade da língua parece ser bastante inadequado, visto que na escola existe interação social, portanto há também variação.

É de suma importância o trabalho com a Sociolinguística Educacional na escola, especialmente no componente curricular de Língua Portuguesa. A respeito disso, Bortoni-Ricardo (2005) explica que é hábito o ensino da norma culta nas escolas. A norma padrão da língua é pertencente à cultura dominante e àquilo que não rege os padrões normativos propostos por essa norma, é considerado erro e, desta forma, não pode ser ensinado aos alunos. Faraco e Zilles (2015, p. 21) afirmam que há um longo caminho pela frente para vencermos essas generalidades, à medida que é necessário ampliar o debate sobre a expressão culta, de modo que ela não seja assumida como consensual, que não cabe mais discussão, “mas enfrentando criticamente seus entraves, revisitando sua história e seus conflitos” (FARACO; ZILLES, 2015, p. 21).

Em toda comunidade de fala há variação linguística, e na escola não é diferente. Diante disso, muitos educadores não sabem como proceder diante dos “erros de português”<sup>10</sup>. Os chamados “erros de português” nada mais são do que diversidade linguística, variação. “Com frequência, essas diferenças se apresentam entre a variedade usada no domínio do lar, onde predomina uma cultura de oralidade [...], e culturas de letramento, como a que é cultivada na escola” (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 37)

Bortoni-Ricardo (2004, p. 37) ainda afirma que:

---

<sup>10</sup>O uso da expressão “erros de português” entre aspas é apenas ilustrativo, pois considera-se essa expressão preconceituosa e inadequada, conforme Bortoni-Ricardo (2004, p. 38)

Nas últimas duas décadas, os educadores brasileiros, com destaque especial para os linguistas, têm feito um trabalho importante, mostrando que é pedagogicamente incorreto usar a incidência do erro do educando como uma oportunidade para humilhá-lo. Ao contrário, uma pedagogia que é culturalmente sensível aos saberes os educandos está atenta às diferenças entre a cultura que eles representam e a da escola, e mostra ao professor como encontrar formas efetivas de conscientizar os educandos sobre essas diferenças.

Entretanto, a autora ainda considera que tal prática ainda é controversa, pois os educadores ainda ficam inseguros, sem saber se devem corrigir o estudante ou não, quais erros devem ser corrigidos e mesmo se podem falar sobre isso. “Como regra geral, observamos que quase nunca os professores intervêm para corrigir os alunos durante a realização de um evento de oralidade” (Bortoni-Ricardo, 2004, p. 38).

Os documentos estruturadores do ensino básico no Brasil, intermediam a relação entre o material didático, o professor, o aluno e o conhecimento. Entre esses documentos podemos citar os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN e a Base Nacional Comum Curricular, por exemplo. Nesse sentido, é importante analisar como tais documentos de referência tratam a variação linguística enquanto conteúdo de ensino.

No tópico seguinte, de modo específico, analisaremos a Base Nacional Comum Curricular de Língua Portuguesa do Ensino Médio, de modo a observar de que forma as questões de diversidade linguística são manifestas.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Este artigo, situa-se no âmbito da Sociolinguística Educacional e objetiva, por meio dos seus pressupostos teóricos e metodológicos, analisar qualitativamente a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, de Língua Portuguesa para o Ensino Médio, verificando se o documento propõe o trabalho acerca da diversidade linguística.

O documento, BNCC, serve de referência para a prática pedagógica dos docentes de Língua Portuguesa do Ensino Médio, de modo que orienta e serve de referência para as habilidades e o conteúdo que devem ser desenvolvidos com os estudantes no decorrer de um ano letivo. Ela apontada como um documento norteador que dita as normas e que “define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens

essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento” (BNCC 2017, p. 7).

Entendendo a BNCC enquanto uma política linguística, que normatiza a maneira como o ensino deve ser desenvolvido, é importante refletir sobre essa ação que, imposta pelo Estado, determina as condições para o ensino da Língua Materna.

Para Bortoni-Ricardo (2005), o problema não está em ensinar a língua padrão aos alunos, mas sim deixar de considerar o fato de que o acesso a essa variação é restrito às classes sociais de maior poder econômico. A autora defende que a escola não deve excluir a diversidade linguística que a Sociolinguística explica. A função da escola é mostrar que existe variação linguística.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN's (1997, p. 21), por exemplo, admitem que: “a Língua Portuguesa, no Brasil, possui muitas variedades dialetais”, além disso destacam que “a escola precisa livrar-se de alguns mitos: o de que existe uma única forma “certa” de falar — a que se parece com a escrita — e o de que a escrita é o espelho da fala — e, sendo assim, seria preciso “consertar” a fala do aluno para evitar que ele escreva errado” (PCN, 1997, p. 21).

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (BRASIL, 1997), o ensino de Língua Portuguesa, desde a década de 80, congrega-se em torno de um debate sobre a importância de melhorar a qualidade da educação no Brasil.

Considerando esse pressuposto, a afirmação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2017, p. 67) é de que:

Cabe ressaltar, reiterando o movimento metodológico de documentos curriculares anteriores, que estudos de natureza teórica e metalinguística – sobre a língua, sobre a literatura, sobre a norma padrão e outras variedades da língua – não devem nesse nível de ensino ser tomados como um fim em si mesmo, devendo estar envolvidos em práticas de reflexão que permitam aos estudantes ampliarem suas capacidades de uso da língua/linguagens (em leitura e em produção) em práticas situadas de linguagem.

A BNCC integraliza o proposto pelo PCN e recomenda que a norma padrão e demais variedades não devem ser trabalhadas por si só em sala de aula, mas devem envolver situações de reflexão aos educandos.

Ainda assim, em grande maioria, o ensino que predomina nas escolas é normativista e unificador, pois dá preferência à adoção apenas da norma padrão como única maneira de uso da língua. E, os estudantes, vêm das diversas camadas populares e regiões, muitas das quais não fazem uso dessa norma de maior prestígio e assim, muitos educadores acabam não conseguindo alcançar resultados eficazes no ensino da Língua Portuguesa, pois a identidade sociocultural do educando não é levada em consideração. Embora o documento de referência, BNCC, tenha essa visão clara do ensino da língua pautado nas práticas reflexivas da língua em uso, muitos materiais didáticos não estão alinhados a essa visão. Sobre isso, Chamma (2007, p. 46) afirma que:

Exercícios de transcrição com as devidas alterações para a norma culta e que perpetuam o preconceito, uma abordagem introdutória e algumas vezes simplista da variação linguística e suas ramificações, dentre outras falhas encontradas nos Livros Didáticos reforçam a ideia de que para planejar e ministrar suas aulas é necessário saber utilizar o livro didático, transformando-o em um material de apoio, e não fazer uso exclusivo dele.

O objetivo proposto pela BNCC para o ensino de Língua Portuguesa no Ensino Médio consiste em “aprofundar a análise sobre as linguagens e seus funcionamentos, intensificando a perspectiva analítica e crítica da leitura” (BNCC, 2017, p. 490). Além disso, a proposta da Base é de que os estudantes possam também produzir textos verbais e multissemióticos de modo que possam ampliar suas referências estéticas, éticas e políticas.

Outrossim, a Base Nacional Comum Curricular propõe, como forma de contextualizar as práticas de linguagem no Ensino Médio, os campos de atuação social que são: campo da vida pessoal; campo artístico-literário; campo das práticas de estudo e pesquisa; campo jornalístico-midiático; e campo de atuação na vida pública.

As habilidades de Língua Portuguesa estão organizadas nesses cinco campos de atuação social. Além disso, ainda que uma mesma habilidade possa estar a serviço de mais de uma competência específica da área de Linguagens e suas Tecnologias, indica(m)-se aquela(s) com a(s) qual(is) cada habilidade tem maior afinidade. (BNCC, 2017, p. 496)

Os campos de atuação possuem os objetivos de aprendizagem definidos e, no documento, são divididos posteriormente em competências e habilidades, os quais não determinam em qual ano cada habilidade deve ser trabalhada, apenas indica que são habilidades e competências que os estudantes devem atingir durante o Ensino Médio.

No contexto da habilidade EM13LP13<sup>11</sup>, a Base Nacional Comum Curricular expõe que o estudante deverá ser capaz de:

Planejar, produzir, revisar, editar, reescrever e avaliar textos escritos e multissemióticos, considerando sua adequação às condições de produção do texto, no que diz respeito ao lugar social a ser assumido e à imagem que se pretende passar a respeito de si mesmo, ao leitor pretendido, ao veículo e mídia em que o texto ou produção cultural vai circular, ao contexto imediato e sócio-histórico mais geral, ao gênero textual em questão e suas regularidades, à variedade linguística apropriada a esse contexto e ao uso do conhecimento dos aspectos notacionais (ortografia padrão, pontuação adequada, mecanismos de concordância nominal e verbal, regência verbal etc.), sempre que o contexto o exigir. (BNCC, 2017, p. 500)

Nessa habilidade é possível perceber que a menção à variedade linguística, no âmbito dos textos escritos, enquanto fator importante na escolha do uso em determinadas situações. A noção de adequação foi proposta inicialmente por Dell Hymes, em 1966. Segundo o linguista, um falante tem normas de adequação bem definidas em sua comunicação. De acordo com Bortoni-Ricardo (2004, p. 73) “são essas normas que lhe dizem quando e como monitorar seu estilo. Em situações que exijam mais formalidade [...], o falante vai selecionar um estilo mais monitorado; em situações de descontração, o falante pode usar estilos mais coloquiais”.

O papel do falante nessas relações é levando em consideração e isso aciona a sua competência linguística que o faz saber adequar sua fala em determinadas situações. Isso significa dizer que, quando o aluno vai para a escola ele já possui competência linguística de sua língua materna. O que deve ser feito, de fato, é “ampliar a gama de seus recursos comunicativos para poder atender às convenções sociais, que definem o

---

<sup>11</sup> O primeiro par de letras: **EM**, indica a etapa do Ensino Médio; o primeiro par de números: **1 e 3**, indica que as habilidades descritas podem ser desenvolvidas em qualquer série do Ensino Médio, conforme definição dos currículos; A segunda sequência de letras: **LP**, indica a área ou o componente curricular, neste caso o componente curricular de Língua Portuguesa; Os números finais: **1 e 3**, indicam a competência ou as competências específicas às quais se relaciona a habilidade.

uso linguístico adequado a cada gênero textual, a cada tarefa comunicativa, a cada tipo de interação” (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 75).

De acordo com Bortoni-Ricardo (2005, p. 202) é importante

[...] a interpretação das perspectivas significativas de professores e alunos em relação aos usos da língua, na sua modalidade oral e escrita, no domínio escolar e fora dele. Interessa-nos conhecer os padrões organizacionais das ações que envolvem o uso da variedade de prestígio e das variedades regionais e locais, bem como o desempenho dos atores em estilos monitorados e em estilos coloquiais.

Bortoni-Ricardo (2004, p.23) ainda afirma que “quando estamos usando a linguagem para nos comunicar, também estamos construindo e reforçando os papéis sociais próprios de cada domínio”. Nesse sentido, considera-se que quanto mais recursos comunicativos os estudantes se apropriarem, mais estarão reforçando seus papéis sociais.

A escola é, portanto, o espaço em que o estudante irá alcançar, de maneira sistematizada, os recursos para que possam desempenhar as práticas sociais, solicitadas pela habilidade na BNCC.

Destaca-se também a habilidade EM13LP14 que direciona a aprendizagem do estudante no sentido de que ele deverá:

Produzir e analisar textos orais, considerando sua adequação aos contextos de produção, à forma composicional e ao estilo do gênero em questão, à clareza, à progressão temática e à variedade linguística empregada, como também aos elementos relacionados à fala (modulação de voz, entonação, ritmo, altura e intensidade, respiração etc.) e à cinestesia (postura corporal, movimentos e gestualidade significativa, expressão facial, contato de olho com plateia etc.). (BNCC, 2017, p. 500)

A habilidade destaca também a importância da adequação no uso da língua, mas enfatizando essa questão no âmbito dos textos orais. Situada no campo de atuação social, a habilidade menciona ainda as questões de estilo empregadas no uso da fala. Bortoni-Ricardo (2004, p. 75) aponta três parâmetros de observação quando falamos de recursos comunicativos que são “grau de dependência contextual, grau de complexidade do tema abordado e familiaridade com a tarefa comunicativa”.

Isso porque o total e eficaz desenvolvimento da habilidade EM13LP14 dependerá do contexto em que se encontra o estudante e dos diferentes graus de complexidade cognitiva. “A tarefa educativa da escola é criar condições para que o educando desenvolva sua competência comunicativa e possa usar com segurança, os recursos comunicativos que forem necessários para desempenhar-se bem nos contextos sociais em que interage” (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 78).

Conforme exposto por Vygotski (1984) a aprendizagem deve fazer sentido para a criança, ser significativa, portanto deve haver uma necessidade interna para que certo conteúdo seja entendido, pelo educando, como relevante em seu aprendizado. Ao tomar-se os textos orais e escritos, a proposição do ensino deve basear-se nas metodologias que sugerem o estudante como protagonista de seu aprendizado, possibilitando a expressão de suas opiniões, sentimentos, pensamentos e reflexão de suas ideias.

Na habilidade EM13LP17, tem-se a capacidade a ser desenvolvida em torno de:

Analisar o fenômeno da variação linguística, em seus diferentes níveis (variação fonético-fonológica, lexical, sintática, semântica e estilístico-pragmática) e em suas diferentes dimensões (regional, histórica, social, situacional, ocupacional, etária etc.), de forma a ampliar a compreensão sobre a natureza viva e dinâmica da língua e sobre o fenômeno da constituição de variedades linguísticas de prestígio e estigmatizadas, e a fundamentar o respeito às variedades linguísticas e o combate a preconceitos linguísticos.(BNCC, 2017, p. 500)

É proposto, na habilidade EM13LP17, de fato, a análise da variação linguística, considerando suas diversas esferas. A habilidade compreende a importância da análise interna da língua, quando considera os aspectos da variação fonético-fonológica, lexical, sintática, semântica e estilístico-pragmática e, também considera os aspectos extralinguísticos, quando menciona as dimensões regional, histórica, social, situacional, ocupacional, etária.

Para colocar em prática esse processo, o professor de Língua Portuguesa pode apresentar a gramática normativa aos estudantes e ponderar, junto a eles, os fatores constitutivos e pertinente à sistematização desse conhecimento. Algo que Perini (1995, p. 04) expôs da seguinte maneira:

Assim, a gramática deverá, primeiro, colocar em seu devido lugar as afirmações de cunho normativo: não necessariamente suprimindo-as, mas apresentando o dialeto padrão como uma das possíveis variedades da língua, adequada em certas circunstâncias e inadequada em outras (é tão “incorreto” escrever um tratado de Filosofia no dialeto coloquial quanto namorar utilizando o dialeto padrão). Depois, a gramática deverá descrever pelo menos as principais variantes (regionais, sociais e situacionais) do português brasileiro, abandonando a ficção, cara a alguns, de que o português do Brasil é uma entidade simples e homogênea.

Bagno (2009, p. 67) afirma que as pessoas devem “abandonar essa ânsia de tentar atribuir a um único local ou uma única comunidade de falantes o “melhor” ou o “pior” português e passar a respeitar igualmente todas as variedades da língua (...)”. Por isso, é de grande importância suscitar nos estudantes uma reflexão linguística, com o objetivo de eliminar o preconceito linguístico, fazendo-os entender que a língua é heterogênea.

Os documentos de referência, como a Base Nacional Comum Curricular, contribuem de maneira positiva para o tratamento da diversidade linguística, ainda que, no que se refere a Língua Portuguesa no Ensino Médio, só haja menção à variação em apenas três habilidades.

De fato, a importância do professor de língua materna é incontestável, nesse sentido, pautado na BNCC, ele deve trabalhar de forma interativa, ampliando as possibilidades e habilidades que declaram a relevância do tratamento da variação linguística no ensino de Língua Portuguesa.

Com base nessa concepção Bortoni-Ricardo (2004, p. 74) enfatiza que “é papel da escola, portanto, facilitar a ampliação da competência comunicativa dos alunos, permitindo-lhes apropriarem-se dos recursos comunicativos necessários para se desempenharem bem, e com segurança, nas mais distintas tarefas linguísticas”. Desta forma, o aluno ampliará os seus recursos comunicativos e não desprezará a variedade linguística adquirida no âmbito familiar, nem àquelas pertencentes aos demais colegas.

Ainda, conforme Martins *et al* (2014, p. 14), “o professor de língua portuguesa precisa (re)conhecer essa pluralidade de normas com as quais efetivamente terá de trabalhar na sala de aula”. Com base nisso, a língua deve ser abordada, em sala de aula, como um processo composto pela pluralidade de uso.

O professor de Língua Portuguesa deve ter claro o objetivo de orientar e ajudar os estudantes a desenvolverem suas habilidades comunicativas e, para isso, é importante que o educador tenha conhecimento acerca dos pressupostos teóricos e metodológicos da Sociolinguística, para que possa oferecer ao educando subsídios que os levem à reflexão da valorização da diversidade linguística, retirando assim a equivocada expressão entre o “falar certo” e “falar errado”.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este artigo, de caráter qualitativo, analisou a presença de aspectos da variação linguística na Base Nacional Comum Curricular – BNCC, de Língua Portuguesa do Ensino Médio.

A BNCC é um documento de referência no Brasil que norteia as práticas pedagógicas do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Esse documento, ainda que normativo, não delimita o que deve ser ensinado exatamente, com relação aos conteúdos, mas sim apresenta as competências e habilidades que o estudante deve desenvolver em determinado nível escolar.

Os resultados das análises mostraram que, na BNCC de Língua Portuguesa, para o Ensino Médio, há três habilidades que contemplem o ensino da variação linguística, as quais estão distribuídas, no documento, no campo de atuação social que prevê a prática da leitura, escuta, produção de textos (orais, escritos, multissemióticos) e análise linguística/semiótica.

A primeira habilidade está mais voltada para textos escritos e fomenta a ideia do reconhecimento da diversidade linguística, bem como da ideia de adequação às situações comunicativas. Já a segunda habilidade tem a mesma percepção que a primeira, no entanto, voltada para textos orais. Enquanto que a terceira habilidade analisada, propõe uma o reconhecimento da análise sociolinguística considerando os fatores linguísticos e extralinguísticos.

Considerando a dimensão da BNCC e que essa proposta é para os três anos do Ensino Médio, entende-se que as habilidades propostas no documento são suficientes para um trabalho eficaz em sala de aula.

O professor, de posse de bons materiais didáticos e com um conhecimento sociolinguístico, certamente desenvolverá, em conjunto com os estudantes, um ambiente propício para o estudo da língua. Aquém dos materiais didáticos, que são em grande maioria muito precários, há muitos educadores fazendo adaptações aos conteúdos, considerando a realidade dos alunos e ajustando esses materiais conforme essas convicções pedagógicas de ensino da língua.

Considera-se que o contexto da pesquisa é de grande relevância para os estudos da Sociolinguística Educacional e, por isso, pode contribuir para novos estudos voltados a esta área do conhecimento.

## **5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALKMIN, T. M.: Sociolinguística. In: BENTES, Ana Christina; MUSSALIN, Fernanda (org), **Introdução à Linguística: Domínios e Fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2001.

BAGNO, Marcos. **Dicionário crítico de Sociolinguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.

BAGNO, Marcos; BEZERRA, MIGUEL. **Não é errado falar assim!:** em defesa do português brasileiro. Parábola, 2009.

BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso:** por uma pedagogia da variação linguística. Parábola Editorial, 2007.

BAGNO, Marcos. **Dicionários em sala de aula**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

BAGNO, Marcos. **A norma oculta:** língua & poder na sociedade brasileira. Parábola, 2003.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico:** o que é, como se faz. Edições Loyola, 1999.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna:** a sociolinguística na sala de aula. Parábola, 2005.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna**. Parábola Ed., 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017.

CHAMMA, Liv. **A variação lingüística nos livros didáticos de português (5ª a 8ª séries)**. 2007.

DIAS, Jaqueline. **A oro-nasalidade vocálica em ambiente nasal** em comunidades quilombolas nos municípios de Poconé e Barra do Bugres/MT. Tese de Doutorado. 2022.

Faraco, Carlos Alberto, & Zilles, Ana Maria Stahl. (2015). Introdução. In A. M. S. Zilles, & C. A. Faraco (Orgs.), **Pedagogia da variação linguística: língua, diversidade e ensino** (pp. 7-15). Parábola Editorial.

LABOV, Willian. **The Social Stratification of English in New York City**: Center for Applied Linguistics, 1966.

\_\_\_\_\_. **Sociolinguistic patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania, Press, 1972. 154

\_\_\_\_\_. **Padrões Sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola, 2008.

MARTINS, Marco Antonio; TAVARES, Maria Alice. Contribuições da Sociolinguística e da Linguística Histórica para o ensino de língua portuguesa. **Coleção Ciências da Linguagem Aplicadas ao Ensino**, v. 5, p. 11-52, 2014.

NACIONAIS, **Parâmetros Curriculares**. MEC, 1997. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro02.pdf>, 2017.

PERINI, Mario A. **Para uma nova gramática do português**. São Paulo: Ática, 1995

TARALLO, Fernando Luiz. **Tempos linguísticos: itinerário histórico da língua portuguesa**. Editora Ática, 1990.

TARALLO, Fernando Luiz (Ed.). **Fotografias sociolinguísticas**. Pontes Editores, 1989.

VYGOTSKI, L. S. **Aprendizaje y desarrollo intelectual en la edad escolar**. Infancia y aprendizaje, v. 7, n. 27-28, p. 105-116, 1984.